

## Ética e Economia: Reflexões a partir de Amartya Sen

---

Marlon André KAMPHORST<sup>1</sup>  
Neuro José ZAMBAM<sup>2</sup>

### Resumo

O presente artigo visa examinar a necessidade de aproximação entre a ética e a economia a fim de avaliar e ordenar com justiça as relações econômicas e sociais. A ética desenvolveu-se como forma de orientar o agir das pessoas em sociedade. A partir do pensamento de Amartya Sen, essa reflexão propaga a necessária valoração das condições de justiça, a administração equitativa dos recursos disponíveis, a realização da pessoa na condição de agente, o desenvolvimento das capacidades e a estruturação do modelo de desenvolvimento sustentável. A unidade efetiva entre a ética e a economia fortalece a democracia, fomenta o exercício da liberdade, a realização humana e contribui para a efetivação da justiça social. A atuação das instituições, do Estado, do mercado, das pessoas e dos demais atores torna-se, assim, dinâmica e guiada pelos valores mais importantes da humanidade.

**Palavras-chave:** Economia, Ética, Desenvolvimento.

**Ethics and economy: reflections based on Amartya Sen's writings**

### Abstract

The present article aims to examine the need to bind ethics with economy to fairly access and regulate social and economic relations. Ethic evolved as a way to guide people's actions within society. Based on Amartya Sen's writings, this argument disseminates the necessary justice conditions' worth, the equitable administration of available resources, the person's realization as an agent, the capabilities' development and the structuring sustainable development model. The effective union between ethics and economy strengthens democracy, promotes freedom exercise, human's realization and contributes to social justice effectiveness. The institutions' performance, meaning the State, economic market, people, and others actors, becomes, thus, dynamic and guided by the most important values of humanity.

**Key words:** Economy, Ethics, Development.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Filosofia. Mestrando em Direito pela Faculdade Meridional - IMED. E-mail: marlon@sical-net.com.br.

<sup>2</sup> Pos doutorando em Filosofia na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Doutor em Filosofia pela PUCRS. Professor do Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Meridional - IMED - Mestrado. Professor do Curso de Direito (graduação e especialização) da Faculdade Meridional - IMED de Passo Fundo. Membro do Grupo de Trabalho, Ética e cidadania da ANPOF (Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Filosofia). Pesquisador da Faculdade Meridional. Coordenador do Grupo de Pesquisa: Multiculturalismo, minorias, espaço público e sustentabilidade. E-mail: neuro-jose@hotmail.com; nzambam@imed.edu.br.

## 1 Introdução

A trajetória econômica dos países, sobretudo no atual período, marcados pelo contexto de acumulação capitalista, mostra-se destituída de conteúdo ético e moral, o que projeta a ciência econômica num horizonte de distanciamento entre estes dois campos do saber, a ética e a economia. A ética é a ciência que estuda e orienta o comportamento humano, enquanto a economia analisa esse comportamento no âmbito das relações entre as necessidades humanas e os recursos disponíveis. A economia relaciona-se com a moral, não se separando dela na análise das questões econômicas de um mundo em transformação.

O escopo teórico, que suporta todo o itinerário de elaboração desta pesquisa, perpassa a necessidade de aproximação entre economia e ética, numa conjuntura que converge para o diálogo interdisciplinar, e demonstra os benefícios recíprocos quando unidas e visando metas semelhantes ou, quiçá, iguais. Seu distanciamento não produz efeitos positivos na economia do bem-estar, nem favorece o respeito aos agentes econômicos, ou contribui para a justa distribuição dos bens ou para a estruturação de políticas de desenvolvimento humanas e sustentáveis, entre outras áreas, condição que consideramos necessária para o desenvolvimento humano e econômico para qualquer sociedade.

Este artigo tem como objetivo abordar a problemática do desenvolvimento diante das graves limitações da sua organização econômica e social quando as políticas buscam apenas o bem-estar social, o acúmulo de bens, o aumento da produção e a ampliação das fronteiras comerciais. Usando como norte a contribuição de Amartya Sen, especialmente nas obras “Sobre Ética e Economia” e “Desenvolvimento como Liberdade”, procuramos evidenciar a importância de inserir a economia numa dimensão ética, para uma melhor elaboração de políticas econômicas que visem ao desenvolvimento humano, econômico e social integrados, que contemplem o valor da liberdade e o desenvolvimento das capacidades humanas.

Na visão de Sen, a economia e a ética se distanciaram gradativamente, o que influenciou a preocupação humana e social com o bem-estar e, conseqüentemente, alterando o comportamento das sociedades. Nesse contexto, verifica-se a necessidade de refletir sobre a relação entre as políticas públicas contemporâneas e a conduta moral e ética que tornem possível o exercício da liberdade e o desenvolvimento das capacidades humanas.

A estratégia de pesquisa utilizada é a investigativo-bibliográfica e, como mencionado, foram eleitas duas obras principais para analisar a problemática em questão. Buscamos uma análise considerando a realidade social contemporânea que, em diversos aspectos e publicações, retrata o acúmulo de bens e a incapacidade de significativos setores das sociedades, especialmente dirigentes da política e da economia, de solucionar a contradição entre crescimento econômico, distribuição de bens, realização humana e equilíbrio social. A aproximação entre ética e economia, proposta por Sen, caracteriza a pessoa na condição de agente que, dotado de uma concepção ética, tem condições de minimizar o seu autointeresse ao invés de maximizá-lo.

O método que orientará essa abordagem é o indutivo, que procura destacar os aspectos mais importantes dos escritos de Sen para a construção de um entendimento global sobre a temática proposta. O método indutivo segue uma linha de raciocínio e argumentação em que “as premissas particulares consideradas inicialmente conduzem à conclusão, que será considerada a parte geral, mais ampla, do que as premissas basilares<sup>3</sup>”. O estudo segue dialogando, também, com comentadores e críticos do autor.

Portanto, a importância de uma reflexão sobre ética e economia está em estabelecer o comportamento humano voltado para a ética na busca de uma relação abrangente, isto é, não só o interesse pessoal, mas que garanta que outros objetivos e interesses possam ser considerados – e considerados no momento da decisão –, a estabelecer um padrão de atuação humana condizente com os valores morais e a efetivação dos direitos fundamentais.

---

<sup>3</sup>Zambam; Boff; Lippstein. Metodologia da pesquisa jurídica: orientações básicas. Florianópolis: Conceito editorial, 2013.

## 2 A ética

A ética radica da palavra grega *ethos*, que significa costume, que é a expressão das ações cotidianas das pessoas no tempo, determinadas por valores morais e pelas leis vigentes que definem e condicionam a conduta humana. Vázquez (1984, p. 12) a define como "um conjunto sistemático de conhecimentos racionais e objetivos a respeito do comportamento humano moral, melhor dizendo, é a teoria ou ciência do comportamento moral do homem em sociedade".

A ética como um todo analisa o comportamento humano frente a um fim determinado, sendo que seu desenvolvimento conceitual necessita que se considere a sua evolução temporal. Platão determina a finalidade da práxis humana através do conhecimento do bem e por objetivo chegar ao sumo bem, alcançado diante da necessidade do indivíduo desprezar os prazeres corporais e priorizar as virtudes próprias da alma humana.

Acerca da ética Platônica, Valls (1994, p. 25) destaca: "nos diálogos que deixou escritos ele parte da ideia de que todos os homens buscam a felicidade. A maioria das doutrinas gregas colocava, realmente, a busca da felicidade no centro das preocupações éticas." Os bens materiais deveriam ser substituídos pelo bem por excelência; para isto é necessário que o indivíduo tenha dentro de si a justa proporção entre os elementos diversos que atuam em si mesmo. O "Bem", como ideal filosófico, seria o verdadeiro ideal humano do viver.

Aristóteles (1985) entende que o homem congrega em si a potencialidade para a ação virtuosa, que deve ser exercida de forma costumeira, cultivando bons hábitos. Sua ética parte do conceito de *teleologia*, no sentido de que todas as formas existentes tendem a uma finalidade (*thélos*), e toda ação e todo propósito visam a um bem, entendendo-se por *bem* "aquilo a que todas as coisas visam".

A razão teleológica é que permite ao ser humano guiar-se pelos caminhos do meio, que se encontram entre dois extremos, o do excesso e o da falta. Cabe à razão discernir e optar pelo meio-termo de forma habitual, cuja prática contínua e reiterada das virtudes leva à excelência moral e, por conseguinte, se atinge a felicidade. Na explicação

de Souza (2012, p. 32), “a felicidade é definida como uma certa atividade da alma que vai de acordo com uma perfeita virtude.”

O cerne de todo processo educativo do ser humano, entendido como educação para a virtude, residia na aprendizagem acerca de como administrar a tensão existente na alma humana. Esclarece Aristóteles (1985, p. 39): “Devemos por dito, então, que a excelência moral está relacionada com o prazer e o sofrimento”. Nessa mesma orientação, Aristóteles explica (1985, p. 35): “Portanto, nem por natureza nem contrariamente à natureza a excelência moral é engendrada em nós, mas a natureza nos dá a capacidade de recebê-la e esta capacidade se aperfeiçoa com o hábito.”

Assim, temos que é necessário constituir o caráter mediante bons hábitos, organizando os desejos de maneira que as ações boas resultem na obtenção de prazer e as más, em sofrimento. Como os prazeres e o sofrimento não estão determinados de forma rígida pela natureza, eles podem ser organizados pelo hábito e pela prática das ações humanas e é em função deles que os homens atuam bem ou mal.

Immanuel Kant, na modernidade, refere que o homem para agir com ética deve procurar aquilo que está nele próprio, construindo a sua própria moral, sem intervenção externa ou alheia. A ação ética advém da autonomia da vontade e se fundamenta no cumprimento do dever de acordo com a intenção. O agir deve adequar-se ao imperativo categórico, assim definido: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal<sup>4</sup>.”

O cumprimento do dever por si só é a condição subjetiva para o valor moral desta ação. Kant (1997, p. 57) reforça que “teremos que buscar totalmente *a priori* a possibilidade de um imperativo categórico, uma vez que aqui não nos assiste a vantagem de a sua realidade nos ser dada na experiência”. Por esse entendimento de ação moral,

---

<sup>4</sup> Nesse sentido, “máxima” pode-se entender como o princípio subjetivo de uma ação, no contexto da ação humana partindo de deveres que se impõem sem condição à consciência, porque o dever imposto à vontade humana é um mandamento puro da razão, que deve ser ao mesmo tempo universal, ou seja, com validade para todos.

o ser racional deveria reconhecer o valor da ação ser boa em si mesma, isento de relação com qualquer outra consequência ou finalidade.

Kant (1997, p. 104) leciona que o princípio da autonomia é “escolher sempre de modo tal que as máximas de nossa escolha estejam compreendidas, ao mesmo tempo, como leis universais, no ato de querer”. Assim, o valor moral dessa ação está no motivo que levou o indivíduo a praticá-la e que deve estar de acordo com a lei moral obtida a partir da razão e independente de experimento empírico.

Dessa maneira, percebemos que a ética, por seu valor histórico, e diante de suas várias facetas, nos apresenta uma única certeza: A ação humana deve ser por ela direcionada, pois vem amparada por aspectos fundamentais da vida humana, como o dever e a virtude. O sucesso econômico, político e social tem relações estreitas com a moral e a ética. Contrariamente, a escassez de valores mergulha a nação na criminalidade econômico-social. Devemos nortear atitudes políticas e econômicas por meio de uma moral social com princípios éticos concretos que respeitem todos os indivíduos e os valorizem em suas particularidades.

Nessa trajetória de investigação e construção de uma moral por meio de uma conduta ética e relevante na edificação da sociedade, Amartya Sen emerge por sua teoria de prover o ser humano de condições dignas para a demonstração de suas capacidades e liberdades. A confluência desses dois fenômenos da ação humana (ética - economia), quando observados, demonstra a capacidade de uma nação fazer crescer seu desenvolvimento humano e econômico na perspectiva de justiça social, assegurando um futuro duradouro, de florescimento da paz e manutenção da estreita observância da ordem social.

### **3 O distanciamento entre a ética e a economia**

Até o século XVIII as questões econômicas eram integrantes de estudos teológicos, seguindo a tradição presente na Idade Média, ou inseriam-se em tratados de ciência política. A economia precisou se tornar independente da teologia e da política para existir como ciência. Em sua história, a economia e a ética se distanciaram gradativamente, o que influenciou a conduta do ser humano nas concepções de bem-estar, nas

prioridades políticas, na utilização dos recursos naturais e ambientais, com a consequente alteração do comportamento em sociedade e da atuação das instituições.

Como fatores deste afastamento, as questões econômicas foram sendo alicerçadas, prioritariamente, no pragmatismo e na eficiência, no crescimento do Produto Nacional Bruto, no acúmulo de bens e riquezas, no aprimoramento desenfreado das estratégias de competitividade, na acumulação de produtos e no aumento das exportações a fim de expandir as divisas. Nesse processo de organização, os aspectos da moral e justiça foram relegados em grau mínimo de importância, quando não desconsiderados na sua totalidade. O comportamento de maximização do autointeresse, mesmo que na tentativa de relacioná-lo num contexto ético, normalmente apresenta uma dicotomia entre egoísmo e altruísmo, entre o indivíduo e o todo, distanciando o comportamento individual do comportamento social, ou seja, indivíduos de um mesmo grupo podem ter interesses que são em parte convergentes e em parte conflitantes<sup>5</sup>.

Como consequência desse distanciamento decorrente da ação econômica desvinculada da ética, multiplicam-se as grandes desigualdades sociais, a pobreza, a fome, entre outras mazelas sociais. Assim, as sociedades precisam orientar suas atitudes políticas e econômicas por meio de uma moral segundo princípios éticos que respeitem todos os indivíduos e os valorizem em suas particularidades, ampliem as capacidades e as possibilidades de liberdade dos indivíduos<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Para uma abordagem mais ampla sobre as políticas de desenvolvimento, especialmente as diferenças conceituais e de atuação entre progresso econômico, desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, assim como os dividendos para a sociedade, as instituições, a instrumentalização da democracia, as relações de trabalho e a formação do conceito de pessoa, sugerimos consultar: Zambam, Neuro: *Amartya Sen: liberdade, justiça e desenvolvimento sustentável*. Passo Fundo: Imed, 2012, p. 123-204.

<sup>6</sup> As prerrogativas da ética são destacadas por Sen (2000, p. 29) em relação à liberdade como uma dimensão ética e sua relação com as políticas de desenvolvimento: "Os fins e os meios do desenvolvimento requerem análise e exame minuciosos para uma compreensão mais plena do processo de desenvolvimento; é sem dúvida inadequado adotar como nosso objetivo básico apenas a maximização da renda e da riqueza, que é, como observou Aristóteles, 'meramente útil e em proveito de alguma outra coisa'. Pela mesma razão, o crescimento econômico não pode ser sensatamente considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhoria da qualidade de vida que levamos e as liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo".

Nesse contexto da reflexão afirma-se a proposição de Sen, quando refere sobre o distanciamento da abordagem da economia em relação à ética, destacando as graves consequências para a teoria econômica moderna tanto na sua normatização quanto na efetivação de seus intentos, quando passa a caracterizar a motivação humana de modo restrito. Esclarece Sen (1999, p. 23):

Pode-se dizer que a importância da abordagem ética diminuiu substancialmente com a evolução da economia moderna. A metodologia da chamada “economia positiva” não apenas se esquivou da análise econômica normativa como também teve o efeito de deixar de lado uma variedade de considerações éticas complexas que afetam o comportamento humano real e que, do ponto de vista dos economistas que estudam esse comportamento, são primordialmente fatos e não juízos normativos. Examinando as proporções das ênfases nas publicações da economia moderna, é difícil não notar a aversão às análises normativas profundas e o descaso pela influência das considerações éticas sobre a caracterização do comportamento humano real.

Proclama com a urgência de um profeta que as graves injustiças sociais do nosso tempo têm origem no trágico divórcio entre a ética e a economia, e anuncia, como se pregasse, que uma das causas deste evento remonta à consideração do motivo subjacente às relações comerciais ser o autointeresse. De acordo com essa compreensão a pessoa age racionalmente visando apenas a busca pela maximização do autointeresse sob o viés da racionalização. A contradição está em considerar essa a única referência, avaliando que tudo o que não for maximização é uma ação irracional.

Nesse sentido, afirma Sen (1999, p. 31):

A visão da racionalidade como auto-interesse implica *interalia*, uma decidida rejeição da concepção da motivação “relacionada a ética”. Tentar fazer todo o possível para obter o que gostaríamos pode ser parte da racionalidade, e isso pode incluir o empenho por objetivos desvinculados do auto-interesse, os quais podemos valorizar e desejar promover. Considerar qualquer afastamento da maximização do auto-interesse uma prova de irracionalidade tem de implicar uma rejeição do papel da ética na real tomada de decisão.

A ação baseada na generalização do autointeresse como única motivação do comportamento humano é contrária à ética e, portanto, pode não promover o contentamento esperado, que pode vir através de uma ação coletiva de cooperação social, que

enseja o amadurecimento do agir responsável e ampara o sentimento de responsabilidade e regozijo com a sociedade na qual se vive, e não somente a satisfação pessoal momentânea. O pensamento de Sen, no seu conjunto, tem especial preocupação de evidenciar essa contradição em vista da superação do autointeresse como normatizador na ação humana. A liberdade e o desenvolvimento das capacidades têm como meta a integração social do homem e a sua realização humana.

De pronto, esclarece Sen (1999, p. 10): “[...] a economia, como ela emergiu, pode tornar-se mais produtiva se der uma atenção maior e mais explícita às considerações éticas que moldam o comportamento e o juízo humano”. Um dos pontos mais interessantes dessa abordagem é a análise do papel primordial que a hipótese do comportamento racional das pessoas quando se reduziu ao egoísmo tem desempenhado na economia moderna, onde o homem racional seria, por excelência, um homem econômico, pertencendo a sua natureza a qualidade de ser, simultaneamente, racional e motivado por egoísmos particulares.

Conquanto se admitisse estar correta a caracterização do comportamento racional tradicionalmente adotada pela economia, nenhuma ilação lógica tornaria forçoso admitir que as pessoas devessem, sempre e de fato, se comportar dessa maneira. Aliás, pode-se facilmente constatar quão amiúde elas não o fazem. Como observa Sen (1999, p. 11), “os tipos friamente racionais podem povoar os nossos manuais, mas o mundo é mais rico”.

No debate sobre o distanciamento entre ética e economia, Sen critica a utilização do comportamento autointeressado como a base, única, no processo de escolha econômica, considerado no sentido de melhorar somente a situação das pessoas individualmente. Predita abordagem econômica sob o ponto de vista da maximização do autointeresse, a qual aponta ser “(...) bastante antiga, e há vários séculos tem sido uma das características principais da teorização econômica predominante” (Sen, 1999, p. 31).

A maximização do autointeresse é verificada como a correspondência externa entre as escolhas que uma pessoa fez e seu interesse pessoal. Agir conforme o autointeresse em sociedade pode não trazer o máximo de satisfação se comparado a uma

ação coletiva de cooperação que pode trazer insatisfação no começo, mas no fim a satisfação será máxima. Rejeita esse tipo de comportamento de modo mais evidente quando o condiciona ao “aspecto da condição de agente” de uma pessoa.

Por isso, temos que o distanciamento entre ética e economia destoa dessa condição de agente. Acerca dessa categoria, Sen (2010, p. 34) esclarece as características e as prerrogativas de atuação alternativa e inserida numa compreensão mais alargada:

Estou usando o termo *agente* não nesse sentido, mas em sua acepção mais antiga – e mais grandiosa – de alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo [...] a condição de agente do indivíduo como membro do público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas (interagindo no mercado e até mesmo envolvendo-se, diretamente, em atividades individuais ou conjuntas na esfera política ou em outras esferas).

Ao contrapor a visão autointeressada da ação econômica, Sen denomina as capacidades como forma de compreendermos que, a partir de um norte engendrado pela ética, é possível alimentar alterações significativas nas relações pessoais entre cidadãos, sociedades de diferentes culturas e situações de desenvolvimento, numa espiral ascendente de crescimento produtivo, como homens livres, em que seja possível minimizar os gargalos de desigualdade social e fomentar a possibilidade de esperança no ser humano, de construir um mundo de liberdade e provedor da satisfação das necessidades elementares da vida humana, o desenvolvimento das capacidades e a possibilidade de escolha entre as opções que considera mais importantes para a sua realização pessoal e integração social.

#### **4 A capacidade (*capability*) como critério de aproximação entre a ética e a economia**

A busca pela aproximação ou integração entre a economia e a ética é uma abordagem que envolve o problema da motivação humana e a avaliação da organização social, que não considera suficiente satisfazer a eficiência, mas preocupa-se com o bem-estar da comunidade conjugado com as diferentes áreas da atuação e realização huma-

nas. Nesse ensejo, para Sen a economia deve retomar sua gênese na filosofia moral, voltando às origens, mas, agora, com visão alargada, considerando reflexões mais criteriosas dos limites de atuação do mercado e o universo das escolhas morais.

De fato, a própria pessoa pode ter motivos para empenhar-se por objetivos outros que não apenas o limite do próprio bem-estar ou interesse individual obtido de suas realizações pessoais. Nesse sentido, afirma Sen (1999, p. 56): “pode-se argumentar que a utilidade, na melhor das hipóteses, é um reflexo do bem-estar (...) de uma pessoa, mas o êxito da pessoa não pode ser julgado exclusivamente em termos de seu bem-estar”.

Nessa perspectiva deve ser considerado que, para Sen, a avaliação normativa carece de validade quando considera um modelo em que a motivação humana é baseada apenas no autointeresse e não considera a condição de agente da pessoa, pela qual é capaz de estabelecer valores, motivações, objetivos e fazer as escolhas que considera importantes, que não necessariamente estão ligados a uma motivação autointeressada voltada ao seu próprio bem-estar, mas também considera as outras pessoas e o seu meio envolvente para tomar as decisões econômicas.

Carece de importância a distinção entre o aspecto do bem-estar e a condição de agente de uma pessoa. Sen as esclarece (1999, p. 74-75):

Primeiro, precisamos distinguir entre o “aspecto do bem-estar” [*well-being aspect*] e o “aspecto da condição de agente” [*agency aspect*] de uma pessoa. O primeiro abrange as realizações e oportunidades dos indivíduos no contexto de sua vantagem pessoal, enquanto o segundo vai além e examina as realizações e oportunidades também em termos de outros objetivos e valores, possivelmente extrapolando a busca do bem-estar do próprio indivíduo.

Assim, a constituição das relações pessoais e sociais utilizando as capacidades como referência se mostra como alternativa perspicaz às escolhas baseadas nas utilidades e nos bens primários como critérios de verificar a realização humana. As capacidades são assim definidas no pensamento de Sen (2010, p. 105):

A “capacidade” [capability] de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade de ter estilos de vida diversos). Por exemplo, uma pessoa abastada que faz jejum pode ter a mesma realização de funcionamento quanto a comer ou nutrir-se que uma pessoa destituída, forçada a passar fome extrema, mas a primeira pessoa possui um “conjunto capacitário” diferente do da segunda (a primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda).

O critério de avaliação humana que utiliza como referência as capacidades na construção de suas relações pessoais e sociais coloca-se como alternativa às escolhas tomadas com o critério de utilidade<sup>7</sup> e dos bens primários. A condição de escolha, baseada na liberdade substantiva<sup>8</sup>, são indispensáveis para que as pessoas ajam na condição de agente e lhes permitam eleger o agir de modo a patrocinar uma ação ativa no conjunto da sociedade. Sen (2010, p. 40) afirma que “O enfoque na qualidade de vida e nas liberdades substantivas, e não apenas na renda e na riqueza [...], estão em sintonia com [...] a qualidade de vida e às liberdades substantivas.” Essa conjugação representa a possibilidade de compreensão e de aproximação entre a ética e a economia.

Assim, temos que a utilização das capacidades como critério de avaliação da justiça se mostra mais completo e eficaz no bojo das relações interpessoais e na construção social. Nesse contexto, e sendo as relações econômicas fundamentais para a construção da sociedade, podemos afirmar que a economia sem ética despersonaliza a pessoa, que se transforma em “não agente”. Dessa forma a economia deve promover a condição de agente das pessoas, elevando o caráter cooperativo de que o ser humano é dotado, o qual lhe fornece motivos outros para agir e não, apenas, uma vida autointeressada.

Tomando por base essa concepção de pessoa, o agente é caracterizado como a pessoa que age e transforma e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus

---

<sup>7</sup> Para o entendimento das características do utilitarismo aplicado às relações econômicas, especialmente sobre as políticas de desenvolvimento, sugerimos observar a análise de Sen, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: 2000, p. 51-71.

<sup>8</sup> O esclarecimento do valor moral substantivo da liberdade na Teoria da Justiça de Amartya Sen e sua relação com a realização humana, as escolhas pessoais, a fundamentação do agir moral e a necessária explicitação nas políticas de desenvolvimento em vista da justiça social encontram-se em: ZAMBAM, Neuro. Amartya Sen: liberdade, justiça e desenvolvimento sustentável. Passo Fundo, IMED, 2012, p. 37-96.

próprios valores, motivações e objetivos, independente de serem avaliados por algum critério externo. Na perspectiva dessa proposta, a ética é subjetivamente compreendida e assim tudo o que o indivíduo valoriza e deseja obter é valioso para ele. Dessa forma, uma pessoa pode estar mais feliz se tiver obtido o que almejava para si e para o seu meio envolvente, sendo possível, até, que o seu bem-estar seja reduzido em favor da realização da condição de agente.

A economia, ao simplificar o comportamento humano definindo-o como puramente autointeressado, afasta qualquer possibilidade de que considerações éticas possam influenciá-lo, o que é um pressuposto extremo. Sen (1999, p. 72), por exemplo, aceita que “o indivíduo é livre para empenhar-se por seus interesses, porém isso não significa que a existência desses direitos não indica que seria eticamente apropriado exercê-lo por meio do comportamento auto-interessado”.

Não é possível provar que o comportamento humano é somente autointeressado e, portanto, a hipótese de que os seres humanos agem em algumas situações de acordo com seus compromissos éticos deveria ser considerada. Sen (1999, p. 60) exemplifica esse conceito afirmando que “se uma pessoa lutar arduamente pela independência de seu país e quando essa independência for alcançada a pessoa ficar mais feliz, a principal realização é a independência, da qual a felicidade por essa realização é apenas uma consequência”.

É importante afirmar a condição de agente como uma dimensão essencial da concepção de pessoa para a construção da sua identidade integrada com o contexto onde vive. Nessa condição, as pessoas precisam pensar, avaliar e agir reconhecendo e desenvolvendo suas capacidades. Esse reconhecimento representa a conversão dos bens primários em capacidades, buscando promover os objetivos que considera valiosos para a sua realização individual e sua inserção no conjunto da sociedade (SEN, 2010).

O homem certamente é movido por motivos egoístas, mas frequentemente se deixa mover por outras razões. Com a mesma intensidade valoriza e promove a realização de objetivos que, ao menos aparentemente, não lhe oferecem qualquer vantagem material (quicá de outra sorte, mas benefícios imateriais não se inseririam propriamente

na esfera do egoísmo que se tem em conta nas análises econômicas tradicionais que Sen pretende objetar).

Nessa abordagem e para o esclarecimento conclusivo da relação entre o comportamento autointeressado e as decisões econômicas, Sen (1999, p. 19) sublinha que “o contraste não se dá necessariamente entre o autointeresse, de um lado, e algum tipo de preocupação geral por todas as pessoas, de outro.” Como inserido, a preocupação em agir de determinada forma que não seja somente a autointeressada, irá permear a noção de que o agir ético necessariamente não vai ser vinculado, apenas, ao agir baseado no interesse próprio, mas no dever de vincular a ação à moralidade, a responsabilidade à ética, porque o ordenamento econômico e social considera outros fatores que não só as motivações pessoais ou ideias utilitaristas.

## **6 A ética e o comportamento econômico**

A busca pela equalização dos problemas relativos à eficiência econômica e a ética constitui uma das grandes questões da ciência econômica para a nossa época. Sen (1999, p. 19), ao afirmar que houve gradual distanciamento entre a ética e a economia, opõe-se principalmente à maximização do autointeresse nos objetivos da elaboração de políticas econômicas. Tal cenário contrasta com o enfoque das liberdades humanas e o desenvolvimento das capacidades individuais.

Nesse âmbito, segundo Sen (1999), a questão central para o homem reside na qualidade de vida que deseja e pode experienciar. A atribuição de valor à sua condição social repousa na trajetória de vida percorrida e não diretamente na posse de bens e mercadorias, que pode variar de acordo com sua vontade e metas almejadas. Eduardo Giannetti da Fonseca, ao registrar uma menção a esse aspecto, comentou na contracapa de *Sobre ética e economia*:

As questões econômicas não são apenas questões de praticidade e eficiência, mas também de moralidade e justiça. As questões éticas não são apenas de valor e intenções generosas, mas também de lógica fria e exequibilidade. Se a economia desligada da ética é cega, a ética desligada da economia é vazia. O surpreendente não é que a teoria econô-

mica e a reflexão ética voltem a caminhar juntas, mas que tenham permanecido divorciadas e incommunicáveis entre si por tanto tempo (SEN, 1999).

Existe a necessidade de uma abordagem ética segundo os conceitos da filosofia moral, origem da economia, a qual os economistas precisam revisitar, bem como os filósofos morais devem, em alguns casos, referenciar suas conclusões à economia, para compreender melhor como as restrições econômicas limitam os julgamentos normativos. Esses conhecimentos podem subsidiar a economia moderna e contemporânea na elaboração de métodos e modelos, objetivando a economia do bem-estar, bem como a compreensão de aspectos sociais e seus benefícios mútuos.

Portanto, podemos expandir essa compreensão para uma abordagem mais abrangente, completa e produtiva da economia, dado que uma maior e mais explícita atenção às considerações éticas que moldam o comportamento e o juízo humano podem conduzir a sociedade a um desenvolvimento humano e também sustentável, com respeito à pessoa, suas escolhas, seus direitos, ao meio ambiente, aos recursos naturais e ambientais, enfim, à vida no seu conjunto e nas suas condições de expressão e manifestação.

Não obstante, os pensamentos das pessoas e em especial dos economistas deveriam ser norteados por questões ligadas à ética, sem perder de vista o papel da economia no âmbito do crescimento econômico e do progresso. Importa destacar nesse debate a afirmação de Sen (2000, p. 21): “A liberdade de entrar em mercados pode ser, ela própria, uma contribuição importante para o desenvolvimento, independente do que o mecanismo de mercado possa fazer ou não para promover o crescimento econômico ou a industrialização”.

Dessa forma, a economia moderna e contemporânea, apesar de, em muitas áreas e circunstâncias, desprezar as questões éticas, também pode, e deve, oferecer à filosofia moral a possibilidade de avaliação e compreensão dos métodos como atua e, assim, corrigir suas deficiências. Numa economia pautada pela ética todos ganham, especialmente o comportamento humano, que se torna mais livre e integrado.

Diante disso, a avaliação humana com o foco exclusivo nos bens primários ou na produção de bens constitui-se, para Sen, um equívoco. Entende ser necessário encontrar outra forma de avaliar e, mesmo, fazer comparações interpessoais. E é para sanar esse problema que desenvolve a noção de capacidade (*capability*). Ao invés de bens primários, advoga a utilização das capacidades como aquilo que deve ser equalizado. Considerar equitativamente direitos e liberdades com renda e riqueza, por exemplo, integram de forma ampla as pessoas. Especificamente é preciso perceber que, devido a algum problema de doença ou deficiência, muitos segmentos têm dificuldades para converter esses bens primários naquilo que desejam ou mesmo em capacidades.

Também há de considerar-se que muitas pessoas não desejam possuir o que outros desejam e, acostumados com seu grau de privação, o mínimo deleite ou compensação já equaliza um grau de felicidade intenso que para outra pessoa seria algo natural e corriqueiro e, portanto, não geraria satisfação. Sen (1999, p. 61) reforça essa ideia com exemplos:

O mendigo desesperançado, o trabalhador agrícola sem-terra, a dona de casa submissa, o desempregado calejado [...] podem, todos, sentir prazer com pequeninos deleites e conseguir suprir o sofrimento intenso diante da necessidade de continuar a sobreviver, mas seria eticamente um grande erro atribuir um valor correspondentemente pequeno à perda de bem-estar dessas pessoas em razão de sua estratégia de sobrevivência.

Essas pessoas demasiadamente carentes não possuem as mesmas aspirações que um médico, por exemplo, pois suas privações abafam a escala de satisfação de seus desejos. As pessoas nascem em diferentes circunstâncias que devem ser compensadas por serem moralmente arbitrárias, compreendem diferentes dotações de talentos e habilidades, fazem parte de famílias mais ou menos abastadas, são portadores de doenças ou deficiências. Uma noção de igualdade formal de oportunidades não leva em conta essas diferenças, enquanto a igualdade real de oportunidades requer que haja alguma compensação.

Nesse patamar de diferenças, as preocupações com relação ao que se pode fazer para que os menos favorecidos de nossas sociedades sejam respeitados, promovidos e valorizados em sua dignidade humana e tenham efetivamente a possibilidade de

alargamento de suas capacidades, liberdades de escolha, por meio de princípios de justiça e equidade, e autonomia na decisão de seu destino e da vida que queiram levar, na consecução de um país democrático e na observância de uma conduta moral, refletida exaustivamente por uma perspectiva ética, que seja adimensional e atemporal no escopo das sociedades, são enormes, exigentes e desafiadoras.

Esse processo é ponto precípua, insubstituível e necessário para o verdadeiro desenvolvimento econômico e social pautado pela liberdade e pelas capacidades na confluência da economia e da ética. Sen (1999, p. 34) refere que é possível a adoção desse comportamento: “De fato, no caso japonês, existem eloquentes provas empíricas de que afastamentos sistemáticos do comportamento auto-interessado em direção ao dever, à lealdade e à boa vontade tem desempenhado um papel importante no êxito da indústria.” E complementa afirmando que esse comportamento (1999, p. 11) “tem sido de extrema importância para obtenção de eficiência econômica do indivíduo e do grupo”.

Nesse sentido, segue Sen (1999) referindo que o predomínio do comportamento baseado em regras no Japão pode ser visto para além dos assuntos econômicos e também em outros âmbitos da conduta social. Por exemplo, a raridade com que se joga lixo nas ruas, a pouca frequência de litígios, um número incomumente pequeno de advogados e o baixo índice de criminalidade em comparação com países do mesmo nível de riqueza expressam essa possibilidade de cultura econômica baseada na ética.

Na perspectiva de justificar o objetivo de uma equação justa entre as duas áreas em questão, afirma Sen (1999, p. 106) que: “o argumento em favor de aproximar mais a economia da ética não depende da facilidade em consegui-lo. Fundamenta-se, antes, nas recompensas advindas do exercício. Procurei mostrar que as recompensas possivelmente serão imensas”.

À guisa dessas reflexões podemos referir que o desenvolvimento é realmente um compromisso muito sério com as possibilidades de liberdade. Sen preocupa-se com a ampliação da capacidade de os indivíduos realizarem suas escolhas, aquiescendo com o processo de desenvolvimento material, porém como um meio e não um fim em si mesmo. O desafio da sociedade, orientada pelo Estado, é formular políticas sociais que

alavancuem os índices de desenvolvimento humano (IDH), e esses mesmos valores éticos dos empresários e governantes são fundamentais para a inclusão social e para um processo de desenvolvimento como liberdade, na confluência de relações sociais sólidas e confiança recíproca entre sociedade, Estado, empresas e população, que fomentem a equidade e igualdade, analogamente ao crescimento econômico e a governabilidade democrática.

#### **4 Considerações finais**

O distanciamento entre a ética e a economia é fato indissociável da realidade que vivemos. Nesse viés, a contribuição de Amartya Sen na busca de sua aproximação destaca-se na reflexão internacional e na condução da economia brasileira. Colabora para a ciência econômica moderna ao mostrar a importância do papel das questões éticas na economia, que associa o bem-estar com a prática das virtudes morais, evidenciando a necessidade de desenvolver-se a economia com os cuidados do agir ético, para que a ligação entre as teorias beneficie a vida de todos e a organização social.

O caminho proposto por Sen perpassa a constatação de que a economia, ao simplificar o comportamento humano definindo-o como puramente autointeressado, afasta qualquer possibilidade de uma orientação ética na sua estruturação. Como resposta a essa difundida contradição, mostra que o comportamento humano quando influenciado por compromissos assumidos pelo agente ético pode não visar apenas ao seu bem-estar, mas ao afastamento do puro autointeresse em direção da liberdade de escolha, do desenvolvimento das capacidades, da integração social e da efetivação de modelos de sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Assim, aferimos que as pessoas em suas vidas cotidianas, principalmente os economistas, deveriam pautar suas considerações pela ética na formulação de definições sobre as decisões das teorias econômicas, uma vez que pensar a economia é também pensar sobre as questões morais inerentes ao ser humano e à vida social, pois muitos dos desejos e das realizações de uma pessoa envolvem valores econômicos, que são sopesados como forma de satisfação, realização e felicidade pessoal.

Nesse ensejo, a utilização dos bens primários para comparações interpessoais e níveis de produção não pode ser admitida como única opção de avaliação do vigor econômico de uma sociedade, pois há de considerar-se que muitas pessoas não desejam possuir o que outros desejam e têm diferentes parâmetros de avaliação da realização humana e de inserção social. E, mais ainda, o necessário compromisso com o meio ambiente e as futuras gerações.

Dessa forma, devemos utilizar a noção de capacidades pessoais, apresentada por Sen, para equalizar direitos e liberdades, renda e riqueza. Por esse caminho, as pessoas precisam pensar, avaliar e agir reconhecendo suas capacidades, que, aqui, representam a conversão dos bens primários em capacidades, isto é, a pessoa segundo suas características pessoais busca promover os objetivos que considera valiosos para a sua realização individual e sua inserção no conjunto da sociedade.

Em suma, a análise logística da economia moderna combinada com a ética e com a economia de bem-estar poderia gerar benefícios mútuos, considerando o conjunto de motivações que envolvem o comportamento dos indivíduos na busca pelo autointeresse, sem negligenciar os aspectos éticos inerentes a ele.

O desenvolvimento econômico e social é um compromisso necessário, devendo ser levada em consideração a necessidade de subsídios aos cidadãos, correspondentes às condições mais elementares da existência humana. Isso nos faz refletir sobre aspectos da realidade social como fechamento desta pesquisa e a contribuição da ética para o desenvolvimento sustentável, no qual máximas de liberdade e justiça sejam perenes e constitutivas de todo o aparato moral, e possibilitem ao ser humano julgar e tomar as melhores decisões.

Por fim, objetivamos demonstrar que questões econômicas não são alicerçadas apenas na eficiência e na eficácia, mas também comportam aspectos de justiça e de eticidade. Devemos ter presente que o desenvolvimento é um compromisso de todos e está estreitamente relacionado à ampliação da capacidade e à possibilidade de liberdade. O ser humano tem de ser livre para escolher e buscar o *status* social em vista da sua realização e assim fazer-se agente ativo na sociedade. Com o objetivo de unir ética e

economia devemos buscar ações sociais que patrocinem o desenvolvimento sustentável conjugado com a realização humana e o equilíbrio social, fomentando uma economia com ética para um relacionamento cada vez mais equitativo em vista de metas de longo prazo.

### Referências

- ARISTÓTELES. **Ética Nicômacos**. Tradução: Mário da Gama Kury. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.
- CENCI, A. V. **O que é ética?** Elementos em torno de uma ética geral. 3. ed. Passo Fundo: A.V. 2002.
- CHAUÍ, Marilena. **Filosofia**. São Paulo. Ática: 2000.
- DALLAGNOL, Renata; CHIARINI, C. **Apostila Economia I**, FAG-FACULDADE ASSIS-GURGACZ, Cascavel, 2008.
- KANT, I. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Edições 70, 1997.
- NEVES, João Luís César, **Introdução à Economia**, 5. ed. Lisboa: Verbo, 2000.
- OLIVEIRA, Carlos Barbosa de. **A evolução do conceito de ética**. Disponível em: <<http://issuu.com/lagoa1972/docs/aevolucaoedoconceitoe-tica?e=1002333/3117990#search/html>>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- OSER, Jacob; BLANCHFIELD, William C. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1983.
- PLATÃO. **A República**. Trad. e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.
- PLATÃO. **Diálogos: Teeteto e Crátilo**. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1988.
- SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Tradução: Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das letras, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Sobre Ética e Economia**. Tradução: Laura Teixeira Mota. São Paulo. Companhia das Letras: 1999.
- \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 2010.
- SOUZA, Felipe de. **A Ética para Aristóteles**. Disponível em: <<http://www.psicologi-amsn.com/2012/10/a-etica-para-aristoteles.html>>. Acesso em: 25 nov. 2013.
- VALLS, A. L.M. **O que é ética**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. Tradução de João Dell'Anna. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- ZAMBAM, Neuro. **Amartya Sen: justiça, liberdade e desenvolvimento sustentável**. Passo Fundo: Imed, 2012.